Capítulo 04
DOI: 10.53934/agronfy-2025-agosto-04

ESTRATÉGIA GLOBAL PARA SEGURANÇA DOS ALIMENTOS E INTERFACE COM A ABORDAGEM UMA SÓ SAÚDE: INÍCIO DO PERCURSO DA IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

Elke Stedefeldt*; Cristiane Tavares Matias

**Autor correspondente (Corresponding author) – Email: elke.stedefeldt@unifesp.br*

Resumo

A segurança dos alimentos representa um dos principais desafios na saúde pública contemporânea. Alimentos contaminados comprometem a saúde, agravam a desnutrição e afetam desproporcionalmente populações vulneráveis. Nesse cenário, visando a redução da carga de doenças diarreicas, de transmissão hídrica e alimentar, a Estratégia Global para Segurança dos Alimentos (EGSA) da Organização Mundial da Saúde (OMS) surge como um referencial internacional para orientar e apoiar os Estados-membros na priorização, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação regular de suas ações, bem como fortalecer os sistemas nacionais de vigilância e controle sanitários. Simultaneamente, a abordagem Uma Só Saúde reconhece a interdependência entre a saúde humana, animal, vegetal e ambiental, contribuindo para a articulação de políticas públicas multissetoriais voltadas à prevenção de doenças zoonóticas, resistência antimicrobiana e segurança dos alimentos. A interface entre essas duas agendas contribui para a gestão do risco sanitário e para a promoção de sistemas alimentares mais resilientes e sustentáveis. Este capítulo descreve o percurso inicial da implementação da EGSA no Brasil, contribuindo na transparência do processo em curso. O assessoramento técnico e científico da pesquisadora Dra. Elke Stedefeldt, ponto de interlocução entre OMS, OPAS e MS no Brasil, busca subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas, apoiar a tomada de decisão baseada em evidências e orientar ações de cooperação técnica com outros países da Região das Américas.

Palavras–chave: segurança dos alimentos; Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; políticas em saúde pública

Abstract

Food safety represents one of the main challenges in contemporary public health. Contaminated food compromises health, worsens malnutrition, and disproportionately affects vulnerable populations. In this context, the Global Strategy for Food Safety (GSFS) of the World Health Organization (WHO) has emerged as an international reference to guide and support Member States in prioritizing, planning, implementing, monitoring, and regularly evaluating their actions, as well as in strengthening national health surveillance and control systems. Simultaneously, the One Health approach recognizes the interdependence between human, animal, plant, and environmental health,

contributing to the articulation of multisectoral public policies aimed at preventing zoonotic diseases, antimicrobial resistance, and ensuring food safety. The interface between these two agendas contributes to managing health risks and promoting more resilient and sustainable food systems. This chapter describes the initial implementation of the GSFS in Brazil, contributing to the transparency of the ongoing process. The technical and scientific advice provided by researcher Dr. Elke Stedefeldt - serving as a point of contact between WHO, PAHO, and the Ministry of Health in Brazil - seeks to support the improvement of public policies, foster evidence-based decision-making, and guide technical cooperation initiatives with other countries in the Region of the Americas.

Keywords: food safety; Millennium Development Goals; public health policies

1. Introdução

A segurança dos alimentos é um dos pilares fundamentais da saúde pública. No entanto, diariamente, milhões de pessoas em todo o mundo estão expostas a perigos ocultos nos alimentos, com consequências que podem ser graves e até fatais. Alimentos inseguros aumentam a prevalência de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA), criando um ciclo vicioso de doença, desnutrição e deficiência nutricional, afetando particularmente os grupos que estão em situação de vulnerabilidade (1).

De acordo com as diretrizes do *Codex Alimentarius* (2), entende-se por Segurança dos Alimentos "a garantia que os alimentos não causarão danos para o consumidor quando forem preparados e/ou consumidos de acordo com o seu uso pretendido". A Segurança dos Alimentos pode ser discutida como uma construção individual ou coletiva dos padrões de conformidade e de tolerância que determinada sociedade estabelece em sua cultura.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) destaca que as DTHA têm sido observadas como um problema de saúde pública global (1), como também, no Brasil. Estima-se que uma em cada 10 pessoas no mundo adoecem após ingerir alimentos inseguros, resultando em uma carga anual global de 33 milhões de anos de vida ajustados por incapacidade e 420.000 mortes prematuras (1). Desde a sua criação em 1948, a OMS tem o compromisso de reduzir a carga de DTHA na saúde global, assumindo a liderança em sua avaliação e auxiliando os Estados-membros na construção e fortalecimento de seus sistemas de vigilância sanitária e epidemiológica.

No Brasil, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), notificou no período de 2014 a 2023, 6.874 surtos de DTHA com 110.614 pessoas doentes e resultando em 121 óbitos (3). Quanto à distribuição dos surtos de DTHA por local de ocorrência, 34% dos surtos ocorreram nas residências, seguido no restaurante, padaria e similares (14,6%), creches e escolas (12,5%). Em relação aos alimentos mais frequentemente envolvidos nos surtos, destacam-se a água (28,8%) e os alimentos mistos (21,3%), com os agentes etiológicos mais identificados *E. coli* (34,8%), *S. aureus* (9,7%), *Salmonella spp*. (9,6%) (3).

Planos estratégicos relacionados à mitigação das DTHA estão ancorados na gestão pública e resultam de processos de discussão e conjunturas políticas favoráveis. No contexto global, destaca-se a atualização da Estratégia Global para Segurança dos Alimentos (EGSA) pela OMS (2022–2030) (4), adotada durante a 75ª Assembleia Mundial da Saúde. Essa Estratégia convida os Estados-membros, incluindo o Brasil, a fortalecer seus sistemas de controle, vigilância e resposta às ameaças emergentes à segurança dos alimentos, promovendo ações integradas com foco na saúde pública, comércio seguro e desenvolvimento sustentável (4). O impacto esperado pela OMS até 2030 é a redução em 40% na média global estimada de Doenças Diarreica Crônicas (DDA) em uma população de 100.000 habitantes. Os indicadores de progresso são o mecanismo de colaboração multissetorial para eventos de segurança de alimentos e a vigilância de DTHA e contaminação dos alimentos (4).

Paralelamente, a abordagem Uma Só Saúde vem sendo reconhecida como um marco conceitual essencial para enfrentar riscos sanitários complexos e interconectados. Segundo a definição conjunta da OMS, OMSA, FAO e PNUMA (5), trata-se de uma estratégia unificadora que reconhece a interdependência entre a saúde humana, animal, vegetal e ambiental. Essa perspectiva tem contribuído para a articulação de políticas públicas multissetoriais voltadas à prevenção de doenças zoonóticas, resistência antimicrobiana e segurança dos alimentos.

Nesse sentido, a interface entre a EGSA e a abordagem Uma Só Saúde configura-se como um campo emergente de interesse para a gestão do risco sanitário e a promoção de sistemas alimentares mais resilientes. Ainda que documentos internacionais e nacionais reconheçam a importância dessa conexão, são escassos os estudos e relatos que abordam de forma aplicada a implementação conjunta dessas estratégias, especialmente no contexto brasileiro. Há uma lacuna no conhecimento sobre como esses referenciais têm sido incorporados na prática institucional e intersetorial, o que limita a avaliação de sua efetividade e dos desafios enfrentados pelos agentes envolvidos.

Compreender a implementação da EGSA no Brasil sob a ótica da abordagem Uma Só Saúde é essencial para subsidiar políticas públicas mais eficazes, promover o fortalecimento da governança sanitária e contribuir para a prevenção de DDA, principalmente em populações mais vulneráveis. A integração entre essas agendas também se alinha à Agenda 2030 e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, reforçando a importância da ação intersetorial para a promoção da saúde e da segurança alimentar (6).

O objetivo deste relato de experiência é descrever o percurso inicial e recente da implementação da EGSA no Brasil e a sua interface com a abordagem da Uma Só Saúde. Apresentar essa trajetória contribui não apenas na transparência do processo em curso, mas também no potencial de aprendizagem coletiva e de fortalecimento dos sistemas de vigilância e controle sanitário. O conhecimento sistematizado sobre a implementação da EGSA no Brasil e sua interface com a abordagem intersetorial e transdisciplinar da Uma

Só Saúde pode subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas, apoiar a tomada de decisão baseada em evidências e orientar ações de cooperação técnica com outros países da Região das Américas.

O contexto desse relato envolve a atuação técnica da pesquisadora Dra. Elke Stedefeldt, livre docente em segurança dos alimentos, que desde 2021 participa de forma ativa de espaços institucionais e científicos voltados à implementação da EGSA no país. Sua contribuição abrange o assessoramento técnico em reuniões intersetoriais, o diálogo com gestores públicos e representantes de organismos internacionais, além da coordenação e participação em grupos de trabalho dedicados à segurança dos alimentos e à promoção da abordagem Uma Só Saúde.

1.1 Breve contexto: A Estratégia Global Para Segurança Dos Alimentos e a abordagem Uma Só Saúde

A atualização da EGSA para o período de 2022 a 2030 representa um marco relevante para o fortalecimento dos sistemas de controle sanitário em escala global. Coordenada pela OMS pelo Departamento de Nutrição e Segurança dos Alimentos da OMS, com apoio técnico e assessoria do Grupo Técnico Consultivo em Segurança dos Alimentos: alimentos mais seguros para melhor saúde (TAG *Food Safety*), a nova versão da EGSA reflete a necessidade de resposta coordenada e multissetorial frente aos desafios contemporâneos que impactam a produção, o comércio e o consumo de alimentos. A composição do TAG *Food Safety*, com 20 especialistas de todas as regiões da OMS, confere à Estratégia um caráter plural e técnico-científico, promovendo princípios orientadores como base em evidências, foco nas pessoas, custo-efetivo e visão prospectiva (4).

As prioridades estratégicas da EGSA visam desde o fortalecimento dos sistemas nacionais de controle de alimentos até a inserção da segurança dos alimentos como eixo estruturante das relações comerciais nacionais e internacionais. Nesse sentido, sua implementação não apenas contribui para reduzir a carga global de DDA, mas também dialoga com compromissos maiores assumidos no contexto da Década da Ação para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovida pela Agenda 2030 da ONU. A segurança dos alimentos é reconhecida como componente essencial para a concretização de metas relacionadas à erradicação da pobreza (ODS 1); fome zero e agricultura sustentável (ODS 2); saúde e bem-estar (ODS 3); trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8); consumo e produção responsáveis (ODS 12); parcerias e meios de implementação (ODS 17) (4;6).

Os princípios da EGSA são: baseado em evidências, focado nas pessoas, custo-benefício e olhar para o futuro. As prioridades estratégicas são: fortalecer os sistemas nacionais de controle de alimentos; identificar e responder aos desafios de segurança de alimentos resultantes da transformação e mudanças globais nos sistemas de alimentos; aperfeiçoar o uso de informações da cadeia de alimentos, evidência científica e avaliação de riscos na tomada de decisões de gerenciamento dos riscos; aumentar o engajamento e

comunicação de riscos por partes interessadas; promover a segurança de alimentos como um componente essencial no comércio nacional, regional e internacional.

No âmbito regional, a EGSA também se alinha ao Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) 2020–2025, que integra a Agenda de Saúde Sustentável para as Américas (ASSA 2018–2030). Neste plano, o enfrentamento das DTHA e das zoonoses é reforçado pela adoção de medidas integradas com a abordagem Uma Só Saúde (7). Essa abordagem propõe a articulação de setores da saúde humana, animal, vegetal e ambiental, reconhecendo a interdependência entre os sistemas vivos e a necessidade de soluções integradas para proteger a saúde pública, os ecossistemas e a segurança alimentar.

Segundo definição conjunta da OMS, Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Uma Só Saúde é "uma abordagem integrada e unificadora que visa equilibrar e otimizar de forma sustentável a saúde de humanos, animais, plantas e ecossistemas", promovendo respostas conjuntas a ameaças como a contaminação dos alimentos, resistência antimicrobiana e impactos das mudanças climáticas (5). A mobilização de diferentes disciplinas, setores e níveis da sociedade torna-se essencial para enfrentar os perigos e riscos que afetam simultaneamente pessoas, ambientes e sistemas produtivos alimentares. Assim, a intersecção entre a EGSA e a abordagem Uma Só Saúde fortalece as ações voltadas à prevenção das DTHA, à melhoria da qualidade sanitária dos alimentos e ao alcance dos compromissos globais de saúde e sustentabilidade. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de fortalecer a capacidade técnica dos agentes envolvidos e de fomentar a participação social em processos decisórios.

2. Relato de experiência

A experiência descrita nesta seção aborda a implementação da EGSA com enfoque intersetorial. Há a integração dessa agenda com outras iniciativas internacionais relevantes, como a Agenda 2030 e o Plano de Ação Regional da OPAS para a abordagem Uma Só Saúde.

A EGSA dialoga com a Agenda 2030 ao buscar sistemas alimentares mais seguros, sustentáveis e resilientes e ao promover práticas baseadas em evidências científicas e regulação efetiva. Complementarmente, dialoga com o Plano de Ação Regional da OPAS para a Abordagem Uma Só Saúde (2023-2030) ao estimular ações coordenadas entre os setores da saúde humana, animal, vegetal e ambiental. Esse plano enfatiza a prevenção de riscos sanitários por meio de uma abordagem integrada, com ênfase na vigilância, resposta a emergências, capacitação e cooperação técnica, sendo um referencial importante para a articulação entre segurança dos alimentos e saúde pública (5).

O ponto de partida deste relato data de dezembro de 2020, quando, entre 600 pesquisadores e autoridades sanitárias *experts* em segurança dos alimentos de diferentes

países, a pesquisadora Dra. Elke Stedefeldt, docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), foi selecionada como membro do Grupo Técnico Consultivo em Segurança dos Alimentos (2021-2023) da OMS representando as Américas junto a outros três representantes do Canadá, Estados Unidos e Honduras. O grupo, composto por 20 membros, teve a responsabilidade de escrever o documento sobre a EGSA (2023-2030).

Ao final de setembro de 2022, Dra. Elke propôs um encontro informal denominado "Diálogo com café sobre a Estratégia Global de Segurança dos Alimentos" com a participação voluntária da OMS, PANAFTOSA/OPAS, Anvisa, Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS, assim denominada na época), Comitê do *Codex Alimentarius* do Brasil e academia para discussão da participação do Brasil como o país piloto na implementação da EGSA. O diálogo foi claro e objetivo, marcando de forma mais sólida esse início.

Com a alteração na administração federal em 2023, novas demandas institucionais foram evidenciadas, incluindo a agenda da segurança dos alimentos no Brasil. Em conformidade com os princípios de cooperação técnica e do diálogo interinstitucional, bem como o compromisso assumido pelo Brasil junto aos Estados-membros da OMS que participaram da 75ª Assembleia Mundial da Saúde, a Profa. Elke estabeleceu contato com a Assessoria de Assuntos Internacionais do MS com o objetivo de apresentar os desdobramentos da EGSA e buscar apoio para a sua implementação no país. A iniciativa resultou em um diálogo contínuo com a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA/MS), permitindo a aproximação entre a EGSA e as diretrizes da abordagem Uma Só Saúde, fortalecida pela criação do Comitê Técnico Interinstitucional de Uma Só Saúde. Essa articulação favoreceu a convergência entre agendas internacionais e políticas públicas nacionais, promovendo avanços na integração da segurança dos alimentos ao escopo das ações de saúde pública e vigilância sanitária no Brasil.

Em 2024, a pesquisadora, respondendo às demandas encaminhadas pela Gerência de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos, Cosméticos e Saneantes (GIASC) da Anvisa, submeteu ao Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (PPPP/Fapesp) o projeto intitulado "Alinhamento da Estratégia Global de Segurança dos Alimentos da Organização Mundial da Saúde com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária no Brasil: fortalecimento das autoridades sanitárias e do setor regulado de alimentos" sendo contemplada. O princípio norteador do projeto é da construção de sistemas alimentares seguros, centrados nas pessoas, sustentados por evidências científicas e economicamente viáveis. Entre as atividades desenvolvidas, os pesquisadores do projeto tem atuado intensivamente em oficinas de trabalho com autoridades sanitárias municipais e estaduais para a Análise do Impacto Regulatório da RDC 216/2004 (Boas Práticas de Manipulação); atualização normativa da RDC 275/2002 (Boas Práticas de Fabricação); grupos focais para o desenvolvimento de cursos digitais de capacitação alinhados com a EGSA e a abordagem de Uma Só Saúde e elaboração de questionários para avaliar o letramento em segurança dos alimentos das autoridades do SNVS.

Por meio do Decreto nº 12.007/2024 foi instituído o Comitê Técnico Interinstitucional de Uma Só Saúde, representando um avanço significativo na promoção de uma abordagem multissetorial e multidisciplinar que reconhece a interdependência entre a saúde humana, animal, vegetal e ambiental. O Comitê tem como finalidade elaborar um Plano de Ação Nacional de Uma Só Saúde, promovendo a articulação de medidas inter federativas e multissetoriais, além de fomentar a realização de estudos e pesquisas alinhados a essa perspectiva. Foram desenvolvidas sete linhas de ação, sendo que a linha 4, sob coordenação da Profa. Elke, refere-se especificamente à segurança dos alimentos.

Em novembro de 2024, sob a coordenação da PANAFTOSA/OPAS e com o apoio da OMS e da UNIFESP, foi realizado um workshop com o objetivo de validar uma ferramenta destinada a apoiar os países na avaliação de seus sistemas de segurança dos alimentos e na elaboração de roteiros nacionais. O evento contou com a participação de representantes da Anvisa, SVSA/MS, MAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e Ministério da Defesa.

A partir de abril de 2025, a Profa. Elke passou a atuar como principal ponto de interlocução entre a OMS, OPAS e MS do Brasil no contexto da EGSA. Sua atuação tem contribuído para o alinhamento técnico entre as diretrizes internacionais e as ações nacionais, favorecendo a articulação entre os diferentes níveis de governo e setores envolvidos. Essa posição de referência tem sido fundamental para o fortalecimento do compromisso brasileiro com a implementação da EGSA.

No início de abril de 2025, a Profa. Elke foi convidada a coordenar a Diretoria de Segurança Alimentar e dos Alimentos da Associação Brasileira de Saúde Única (ABRASUNI). A entidade reúne profissionais que atuam na interface entre saúde humana, animal, vegetal e ambiental, de empresas públicas e privadas, e de organizações governamentais e não governamentais, promovendo a ciência sob a perspectiva de Uma Só Saúde em níveis local, regional, nacional e global. A sua atuação enquanto coordenadora visa publicizar a EGSA para a população de maneira geral, assumindo um dos princípios da Estratégia: foco nas pessoas.

3. Conclusão

A integração entre a EGSA e a abordagem Uma Só Saúde representa um avanço significativo na capacidade dos sistemas nacionais e locais de responderem aos surtos e às emergências sanitárias de forma mais coordenada, eficaz e preventiva. Essa interface fortalece a vigilância integrada, otimiza o uso de recursos humanos e tecnológicos, e permite respostas mais rápidas e assertivas diante de ameaças à segurança dos alimentos, especialmente em contextos vulneráveis. Ao promover a cooperação entre os setores da saúde humana, animal, vegetal e ambiental e da produção de alimentos, contribui-se para uma análise de risco abrangente, fundamentada em evidências científicas e focada no bem-estar da população.

Este capítulo descreveu a trajetória inicial da implementação da EGSA no Brasil e sua interface com a abordagem Uma Só Saúde, destacando os marcos institucionais e as iniciativas que vêm consolidando um modelo de governança mais colaborativo. As DTHA são um desafio sanitário persistente e a experiência apresentada reforça que a mobilização de diferentes agentes — academia, governo, organismos internacionais e sociedade civil — são fundamentais na construção de um sistema de segurança dos alimentos sólido e robusto. O diálogo contínuo é condição indispensável para o fortalecimento das políticas públicas de segurança dos alimentos e, por consequência, para a proteção da saúde pública.

Para que a implementação da EGSA e da abordagem Uma Só Saúde seja efetiva e duradoura, recomenda-se ampliar os espaços de governança intersetorial e o controle e participação social; garantir financiamento público sustentável para ações estruturantes; investir na formação contínua dos profissionais e das autoridades sanitárias; promover a intersetorialidade; incentivar a produção de evidências científicas aplicadas à realidade brasileira; e apoiar a cooperação internacional e o intercâmbio de boas práticas no Brasil e na região das Américas.

AGRADECIMENTOS

À Organização Mundial da Saúde (OMS), à Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), ao Ministério da Saúde (MS), à Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), ao Comitê Técnico Interinstitucional de Uma Só Saúde (Subgrupo 4), à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e ao Grupo de Estudos em Risco e Resiliência dos Alimentos (GERRSAL) pelo apoio técnico, científico e institucional na construção dessa história.

Ao financiamento, processo 2023/10161-3, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

REFERÊNCIAS

1. WHO. Estimates of the global burden of foodborne diseases.Geneva: World Health Organization; 2015.

2. Codex Alimentarius Commission**.** Food hygiene. Basic texts. 4th ed. Rome: FAO/WHO; 2009. 136 p.

3. MS. SVSA. Surtos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar: informe 2024. Brasília/DF: Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente; mar 2024.

4. WHO. Global Strategy for Food Safety 2022–2030. Geneva: World Health Organization; 2022.

5. WHO, FAO, OIE, UNEP. One Health Joint Plan of Action (2022–2026): Working together for the health of humans, animals, plants and the environment. Geneva: World Health Organization; 2021.

6. UNFSS. Scaling up Voluntary Sustainability Standards through Sustainable Public Procurement and Trade Policy. Geneva: United Nations Forum on Sustainability Standards; 2020.

7. OPAS. Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2020–2025: A equidade, o coração da saúde. Documento Oficial 359. Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde; 2020.